

Assemb. Constituinte: o feijão e o sonho

OTTO LARA RESENDE

"Com a liberdade, tudo volta ao normal." — José Mindlin.

Aquela gente toda reunida no Palácio Tiradentes retomava a tradição republicana no mesmo local em que no passado tinha funcionado a Cadeia Velha. Não seria exagero dizer que a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 num certo sentido estava próxima da Câmara de 1909, como aparece no livro de José Vieira, editado em 1915, 30 anos antes. Por iniciativa do Senado Federal e da Casa de Ruy Barbosa, com apresentação de Luiz Viana Filho e introdução de Francisco de Assis Barbosa, "A Cadeia Velha" só mereceu nova edição em 1980, quando a instituição parlamentar continuava submetida aos constrangimentos do regime autoritário, crivado de caprichos e casuísmos. Ainda que longa e freqüentemente aviltada, a representação popular tem raízes profundas em nossa vida pública. O seu aprimoramento depende exclusivamente da continuidade, que reclama eleições livres e periódicas — quanto mais, melhor. Além de falsa, a idéia de que eleição tumultua é mero pretexto de um poder que foge da democrática prestação de contas.

Nascido na Paraíba, José Vieira conheceu a primeira República, a Velha República dos carcomidos. E viu duas Constituintes, a de 1933/34 e a de 1946. Morreu em 1948, depois de ter sido o que com ironia ele próprio chamava de revisor-mor do Reino. Jornalista, foi repórter parlamentar. Acabou diretor do Expediente da Presidência da República, trabalhando no Catete, se não me engano na casa ao lado do palácio. Ali ficavam os serviços da secretaria e por lá passaram vários escribas encarregados de pentear a linguagem oficial. Escritor de fino gosto, na vertente de Machado de Assis, que também foi cronista parlamentar, José Vieira coordenou e editorou, com evidente contribuição pessoal, os nove volumes de "A Nova Política do Brasil", editados por José Olympio. O autor, Getúlio Vargas, estando no poder, e poder ditatorial, entrou para a Academia Brasileira em 1941, na vaga de Alcântara Machado. Como recorda Francisco de Assis Barbosa, a mesma sorte "não teve o modesto e quase desconhecido José Vieira".

José Vieira (não confundir com José Geraldo Vieira, também romancista) é bem representativo do intelectual que, para sobreviver, se vê obrigado a mergulhar na rotina burocrática. Escritor e escriba, desde que se entenda esta última palavra numa acepção que tem o acento de humilde heroísmo e não de humilhante concessão. Salvo "A Cadeia Velha", sua obra nunca mais foi reeditada. Tevé, porém, acolhida simpática e mereceu o apreço dos críticos de maior audiência em seu tempo, a começar por Tristão de Athayde. Ainda guardo boa lembrança de seu romance "Espelho de Casados", que José Olympio editou em 1933. O subdesenvolvimento rarefaz a atmosfera cultural. As letras não são atividade profissional. Como tantos outros, anteriores e posteriores, José Vieira, autêntica vocação literária, foi jornalista, redator de anais da Câmara e escriba (ou copidesque) do poder. Do ponto de vista popular, igualmente rarefeita era a Câmara que funcionava na Cadeia Velha. Na legislação de 1909 a 1911, tinha 212 deputados, dos quais 162 bacharéis em Direito. Mas o eleitorado que havia comparecido ao pleito de 1909 mal chegava a 3% da população.

Foi preciso esperar 1930 para que uma eleição pudesse contar, como registra Raymundo Faoro, mais de um milhão de eleitores, o que significava um percentual de 5,7% da população. O índice de analfabetismo era alto, mas em 1920 o contingente alfabetizado já alcançava 24,5%. Outros dados, agora sem o aval de Faoro, informam que para a Assembléia Constituinte de 1933 votaram um milhão e 500 mil eleitores. No ano seguinte, o alistamento alcançou

dois milhões e meio. Em 1945, cerca de sete milhões votaram para Presidente da República e para a Constituinte. Em 1946, portanto no ano da Constituição, o colégio eleitoral passou de oito milhões. Com a ajuda da explosão demográfica e de outros fatores, alguns fortemente positivos, o número de votantes não parou de crescer. Em 1972, o Brasil tinha, alistados e titulados, 29 milhões de eleitores; em 1974, já com exatidão matemática, os eleitores eram 35.736.074. Daí, o número saltou para 43 milhões e finalmente para 60 milhões. Com o voto do analfabeto, que de resto ficou muito abaixo da expectativa no último pleito de 15 de novembro, ou mesmo sem o voto do analfabeto, o Brasil tem hoje o principal elemento para ser o que os entendidos chamam de democracia de massa. Só nos têm faltado eleições...

Não me lembro quantos eram em 1946 os constituintes, deputados e senadores reunidos numa única Assembléia. Num dia de casa cheia, um ponto alto do ponto de vista político e até emocional, estavam presentes e votaram, ao fim da sessão, 266 constituintes. O dado está em Heraclio Salles, que era então repórter do "Correio da Manhã" junto à Assembléia. Foi a sessão em que Getúlio tomou posse de seu mandato de senador pelo Rio Grande do Sul. Otávio Mangabeira, líder da maioria, apresentou uma moção de aplauso às forças armadas por terem posto fim à ditadura no ano anterior, 1945. No final de um debate acalorado, houve 135 votos a favor e 131, contra. Pelo menos de público, foi a única vez em que Getúlio perdeu a calma ao longo de seu longo itinerário político. E foi a única vez em que ele subiu à tribuna. Falou pouco e abandonou o recinto, acompanhado de Epitacinho Pessoa e outros poucos amigos fiéis. Irado, Getúlio chamou os adversários à briga, disposto a acertar contas "em qualquer terreno". Um deputado da UDN carioca aceitou o desafio e berrava palavrões no microfone dos apartes. Era o General Euclides Figueiredo, pai de nosso confrade Guilherme Figueiredo. Anos depois, todos viríamos a saber que era também o pai de João Figueiredo.

Comparada ao que é hoje o Congresso Nacional em Brasília, a Constituinte de 1946 há de parecer uma assembléia materialmente bastante acanhada e bisonha. Estava, como disse, mais próxima da Câmara da República Velha, a do princípio do século, a do repórter José Vieira. Como em 1909, o Rio em 1946 era o centro da vida brasileira. No Palácio Tiradentes, as galerias viviam apinhadas. Não era fácil conseguir um mate gelado na sala do café. A mordomia não passava disto: dar de beber a quem tinha sede. Os aparelhos de ar refrigerado zumbiam e ronravam, mas não derrotavam o calor. Os carros oficiais, ostensivos chapas brancas, podiam ser contados nos dedos. Muitos deputados voltavam de carona para casa. Nem todos tinham carro. E era comum ver gente importante andando de bonde. Vi uma tarde Eduardo Gomes tomar o bonde na Cinelândia para saltar no Flamengo. Os jornalistas íamos e vínhamos a pé. Tudo era perto. Os jornais tinham sede, bendito tempo, no centro da cidade. Eu saía às vezes do Palácio Tiradentes em companhia de Prudente de Moraes, neto. Íamos, ele para o "Diário Carioca", eu para o "Diário de Notícias". Caminhávamos sem atropelo pela rua da Carioca. Uma vez Prudentinho me deu uma aula sobre as delícias nutritivas e gustativas do feijão. Nasceu aí um risonho binômio com que nos saudávamos mutuamente: "Feijão e liberdade". Seria uma paródia do título de Orígenes Lessa — "O feijão e o sonho". Agora estamos no fim de 1985. Vem aí um ano novo. Sonho não falta. O feijão anda escasso. Rezemos pela liberdade.